

Moção N.º 13

Pelo funcionamento digno e universal dos serviços de renovação do Cartão de Cidadão em Lisboa

Considerando que:

- O Cartão de Cidadão é um documento essencial ao exercício de direitos fundamentais, ao acesso a serviços públicos e ao funcionamento da vida quotidiana e profissional;
- No distrito de Lisboa verificou-se a inexistência de vagas para a renovação do Cartão de Cidadão, configurando um bloqueio generalizado de um serviço público essencial;
- Esta situação afeta de forma particularmente grave jovens obrigados a atendimento presencial, trabalhadores com horários rígidos, pessoas idosas, pessoas com mobilidade reduzida e cuidadores informais;
- A ausência de vagas tem obrigado muitos cidadãos a deslocações para fora da área metropolitana, criando desigualdades no acesso a um direito básico;
- As alternativas de atendimento sem marcação traduzem-se em filas prolongadas, esperas indeterminadas e condições incompatíveis com a dignidade dos cidadãos;
- O colapso do atendimento resulta da falta estrutural de recursos humanos e da insuficiência das respostas adotadas;
- A incapacidade de garantir o funcionamento destes serviços tem impacto direto na vida dos munícipes e no funcionamento normal da cidade.

Assim, a Assembleia de Freguesia do Lumiar delibera:

1. Manifestar profunda preocupação com o colapso dos serviços de renovação do Cartão de Cidadão no distrito de Lisboa;
2. Exigir ao Governo e ao Instituto dos Registos e do Notariado a adoção de medidas urgentes que garantam o acesso universal e digno a este serviço público;
3. Instar ao reforço imediato de recursos humanos e da capacidade de atendimento presencial no distrito de Lisboa;
4. Defender a criação de soluções de proximidade que evitem deslocações forçadas para fora da área metropolitana;
5. Recomendar a adoção de medidas que garantam condições de atendimento compatíveis com a dignidade dos cidadãos;

6. Instar à adoção de medidas específicas para os grupos mais afetados, assegurando igualdade no acesso ao serviço;
7. Defender uma resposta estrutural que impeça a repetição de situações de bloqueio no acesso a direitos fundamentais.

Lisboa, 23 de junho de 2026.

Nelson Da Rocha – Bloco de Esquerda